

Adesões criam dificuldades para candidato

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, que fez do combate à corrupção e ao empreguismo no serviço público sua principal bandeira eleitoral, convive em seu partido com exemplos semelhantes aos que ataca em palanque. Denúncias de favorecimento, desvio de verbas, estelionato começam a ser usadas contra dirigentes do PRN em pelo menos cinco Estados (Minas Gerais, Paraná, Amazonas, Bahia e Maranhão).

Em Belo Horizonte, o presidente do diretório regional, Naim Gonçalves, destituído na semana passada, engordava sua conta bancária com taxas irregulares cobradas de filiados dos diretórios municipais.

Collor também enfrenta problemas com dois aliados no Paraná: o deputado estadual Luiz Carlos Alborghetti, condenado em 1980 a um ano e nove meses de prisão, por estelionato, no município de Goioerê, e o vereador Carlos Alberto Massa, líder do PRN na Câmara Municipal de Curitiba, também acusado de estelionato em sua terra natal, Jandaia do Sul.

O presidente do PRN do Amazonas, Deusamir Pereira, está na mesma situação. Ele responde a cinco processos por estelionato e duas ações para pagamento de dívidas estão em tramitação na Justiça de Manaus.

O mais expressivo apoio conquistado pelo PRN na Bahia, o deputado estadual Alcindo da Anunciação, é acusado de fraude, falsificação, apropriação indébita, injúria e crime contra a economia popular. A Assembleia Legislativa negou pedido de licença feito pelo Tribunal de Justiça para que o deputado pudesse ser processado. No Maranhão, o senador João Castelo nomeou 50 mil pessoas quando foi governador biônico (1979 a 1983). Em 1986, quando concorreu ao governo pelo voto direto — e perdeu para Epitácio Cafeteira —, prometeu emprego público para 100 mil pessoas. O deputado estadual Jairzinho da Silva, que também colloriu, responde à acusação de estupro.